

**ENCRUZILHADAS DA MEMÓRIA NA LOMBA DO PINHEIRO:
PRÁTICAS SOCIAIS LOCAIS E PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO
NA PERIFERIA DA CIDADE DE PORTO ALEGRE – RS**

Mabel Luz **Zeballos Videla**¹

Este artigo traz à luz estudo e análise de pesquisa etnográfica realizada de setembro de 2007 a dezembro de 2008, no bairro Lomba de Pinheiro, no limite leste da cidade de Porto Alegre – RS (Zeballos, 2009). Os conceitos que nortearam esta pesquisa foram “memória”, “patrimônio”, “poder”, “meio ambiente”, “segregação urbana” e “desigualdade”. Trata-se de um estudo antropológico que visa compreender e interpretar as práticas cotidianas, as formas de agência e as configurações de memória dos moradores da Vila Elo Dourado, na parada 6 da estrada João de Oliveira Remião. A entrada em campo revelou a coexistência de diversos atores em uma complexa trama de relações para além dos limites geográficos da vila, que se tornou relevante para minha tarefa interpretativa.

Um dos microuniversos em que estes atores atuam, constitui-se entorno do Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro e Memorial da família Remião, situado na mesma parada da estrada Remião (coluna vertebral da Lomba do Pinheiro), às portas da vila Elo Dourado. Durante a pesquisa, realizei múltiplas visitas ao Museu, mantendo conversas com as pessoas que ali trabalhavam, e acompanhei as atividades de “educação patrimonial e ambiental” por eles realizadas. As observações no Museu constituíram um contraponto para as observações na vila. Desse contraponto surgiram algumas questões relativas ao tratamento da memória no espaço do Museu com respeito à memória tal como configurada nas práticas e narrativas dos moradores da vila. Não havendo, necessariamente, uma contradição aberta entre ambas as formas de lembrar, as diferenças podem às vezes se tornar conflituosas.

Inspiro-me noutras análises antropológicas de casos de constituição de patrimônio em cidades contemporâneas para pensar nestas questões atentando para a heterogeneidade do campo etnográfico e para os aspectos políticos do tratamento da memória. Particularmente, sigo as elaborações da antropóloga Ana Thomasz sobre casos de ativação patrimonial e processos paralelos de agenciamento de memória e identidade, em escala bairro, na cidade de Buenos Aires, Argentina (Thomasz, 2005).

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

Por outra parte, penso os diversos atores envolvidos e as suas formas diferenciadas de tratamento da memória a partir das noções de comunidades de interpretação e esferas éticas que transcendem o nível local, seguindo as elaborações de Roberto e Luis Roberto Cardoso de Oliveira (1996). Ensaio assim a articulação de reflexões gerais sobre a importância de uma antropologia focada nas práticas dos atores locais, mas, ao mesmo tempo, atenta a mapear o conjunto de agentes e discursos de níveis diferentes, que concorrem nos processos de definição do que é patrimônio em cada momento histórico determinado.

Busco também refletir sobre um aspecto específico dos processos contemporâneos de constituição de patrimônio que se mostrou relevante no meu campo de pesquisa, a chamada “questão ambiental” e a tendência crescente de preservação e conservação dos chamados “ambientes naturais”, inclusive em contextos de expansão da cidade construída. Introduzo para tal algumas reflexões de Sérgio Lopes Leite (2006) sobre os chamados processos de ambientalização.

A Vila Elo Dourado na cidade e no bairro

A Lomba do Pinheiro é uma área de 2.455 hectares, no limite leste de Porto Alegre com o município de Viamão, e concentra 30.388 habitantes (Porto Alegre, Censo 2000), a maioria oriunda do interior do Estado. Esta população é de baixa renda, sendo a média de ingressos por chefe de domicílio de 2.92 salários mínimos (Urbanizador Social, 2006: 201-202).

Esta extensa região é atravessada em sentido norte – sul pela estrada João de Oliveira Remião. Ao longo desta via de trânsito se distribuem áreas escassamente povoadas, onde ainda se desenvolvem formas de ocupação e uso do espaço de tipo rural; áreas de preservação ambiental e enclaves urbanos densamente povoados, muitos deles de surgimento recente e em situação de irregularidade fundiária e precariedade infraestrutural.

Na parada 6 desta estrada, encontra-se a Escola Rafaela Remião, e concentram-se ali uma série de comércio e serviços: serralharia, armazém ou “mercadinho”, ferragem, cabeleireiro, uma funilaria, um bar, armazém de produtos agropecuários e pelo menos duas lojas de objetos usados. Para o oeste, aos fundos da escola pública, situa-se a Vila Elo Dourado, onde moravam nos primeiros anos de sua curta história aproximadamente 250 famílias (Porto Alegre, PM, SMC, 2000).

O Elo Dourado é um enclave de periferia, com o sentido específico que decorre dessa denominação nas cidades contemporâneas brasileiras (Cf. Caldeira, 1984). Enquanto constitui um problema do ponto de vista da regularização fundiária e do ordenamento territorial, para as pessoas que ali habitam constitui uma saída à dificuldade de acesso a uma moradia nas áreas regulares da cidade. Como explica Alfonsin (2000), é por meio de políticas de “higienização e embelecimento” que os valores da terra e das moradias nas áreas centrais foram empurrando as classes trabalhadoras para fora delas. Assim, ao longo de um processo histórico de “exclusão e invisibilização”, as periferias urbanas constituíram-se como lugar das classes populares, privadas do direito de morar nas áreas providas de infraestrutura (Cf. Alfonsin, 2000).

O universo do Elo Dourado revelou-se como um universo heterogêneo e cheio de particularidades. No entanto, é possível fazer uso da categoria “grupos populares” para caracterizar essa população de modo geral, como grupos em situação de desigualdade social que ocupam o “lado fraco” dessa assimetria. Segundo Carmen Cinira Macedo (1986: 22), a categoria “classes populares” perpassa a divisão entre classe trabalhadora e classe capitalista, e o que as pessoas nela compreendidas têm em comum é “a condição de explorado e expropriado” sendo a renda e o consumo os principais diferenciais entre eles. Cabe sublinhar, seguindo Claudia Fonseca (2006) a importância do trabalho etnográfico para atingir as especificidades destes grupos e evitar as definições a priori que os reificam tanto no extremo da despossessão quanto na resistência e reação. No primeiro caso, corre-se o risco de habilitar intervenções disciplinadoras. No segundo, pode se perder de vista a complexidade interna aos grupos em questão (Fonseca, 2006: 22).

O caso do Elo Dourado se enquadra, pois, nos complexos processos de constituição de periferia na cidade de Porto Alegre. Nestes processos, grupos de baixa renda são expulsos para as margens da cidade regular, enquanto toda uma série de agentes beneficia-se através do loteamento clandestino e de formas irregulares de ocupação do solo, constituindo uma rede que envolve donos de terra, urbanizadores, corretores de imóveis, advogados, e técnicos como arquitetos ou engenheiros (Cf. Urbanizador Social, 2006: 7).

O Elo Dourado se consolidou após a metade da década de 1990 sobre terras de um particular que haveria começado um loteamento irregular já em fins dos anos de 1980. Tratava-se de terras não construídas nem usadas para exploração agrícola e,

segundo os relatos dos meus interlocutores, a vegetação ali existente seria remanescente de mata nativa, ainda hoje presente em alguns locais da Lomba do Pinheiro. O dono das terras, e/ou um agente agindo no seu nome, teria habilitado a construção de casas de materiais leves em lotes de terra que eram alugados aos usuários. Já na década de 1990, houve processos de “invasão” mais ou menos organizada coletivamente e também por parte de famílias isoladas. Em um processo onde a ocupação ilegal ou invasão e o arrendamento informal se combinam e se justapõem, a vila foi se povoando até que alguns moradores se organizaram em uma Cooperativa com vistas à compra coletivamente mediada das terras. Esse processo se enquadra em um panorama geral de surgimento de formas diversas de associação na Lomba do Pinheiro, em procura de regularizar ocupações de terra e obter serviços por parte do poder público, especialmente no nível municipal. Cabe assinalar que é na década de 1990 que o governo municipal de Porto Alegre é ocupado por um partido, Partido dos Trabalhadores (PT), que desenvolve uma política orientada por noções de “participação popular”² e facilita mecanismos de incorporação de demandas coletivas, com especial atenção para os ditos grupos sociais mais vulnerados.

Até o presente, a vila continua em situação de irregularidade fundiária, não tem ruas asfaltadas, tratamento de águas pluviais nem de esgoto doméstico. A Cooperativa estava em processo de desintegração quando eu finalizei a pesquisa de campo, existindo outra associação de moradores na própria vila que estaria contestando suas ações e procedimentos. Na época havia entrado em jogo o herdeiro do suposto dono das terras, hoje agente imobiliário, reiniciando todo o processo de negociação de venda das terras. Ao mesmo tempo, estavam em processo vários recursos de usucapião de vizinhos que alegam que as terras não pertenceriam a quem historicamente foi reconhecido como dono.

² Para uma problematização desta noção ver Costa (2006).

O Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro. Um museu na encruzilhada?

O Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro e Memorial da família Remião, ativo desde 2006 – 2007, é gerido pela ONG Instituto Popular de Arte - Educação (IPDAE) e funciona em um imóvel que, segundo os próprios organizadores, é o seu “principal acervo”, uma casa no estilo Colonial Português construída no final do século XIX em tijolos e rejunte de barro³. A casa e a coleção de objetos expostos no Museu, que inclui objetos pessoais da família Remião e de outros moradores, remetem para o passado rural da Lomba do Pinheiro, área da cidade que foi atingida pela expansão urbana apenas na segunda metade do século XX, com uma aceleração do crescimento a partir dos anos de 1980 e 1990.

De modo geral farei referência ao Museu Comunitário, aspecto enfatizado pelos atores que ali trabalharam e trabalham desde o início das minhas observações em 2007. No entanto, cabe assinalar que na entrada do local uma placa anuncia, ao mesmo tempo, que se trata de um Museu Comunitário e do Memorial da família Remião. A meu ver, há uma tensão entre esses dois perfis institucionais que se percebe na orientação das práticas que ali se desenvolvem e que diria respeito às disputas em volta de “uma” memória local.

O lugar social desta família começou se evidenciar, já nas primeiras visitas à parada 6 da Lomba do Pinheiro, na nomenclatura da estrada na qual se situa o museu e no nome da escola estadual (Rafaela Remião), sediada na mesma parada. Além disso, uma outra estrada que ali converge, a Afonso Lourenço Mariante, também faz homenagem à mesma família. Afonso Mariante é um parente de quem os Remião teriam recebido em herança uma grande extensão de terras no local (entre as paradas 4 e 9).

Precisamente, a pertinência de eu me manter como observadora no Museu vinha dada pelo fato de, no passado, tanto as terras ocupadas pela Vila Elo Dourado quanto a casa onde funciona o Museu, terem pertencido à família Remião. A casa foi, desde a década de 1930, residência de Seu Osmar Remião, filho de João de Oliveira Remião, e da sua esposa, Dona Marieta. No local, Seu Osmar geria um armazém chamado “Vencedor”, em referência às suas preferências futebolísticas, e mantinha, nos fundos, um “xadrez” ou sub-delegacia policial cujo caráter formal é ambíguo nos diversos relatos por mim coletados. Além de ponto comercial quase exclusivo na

³ <http://www.ipdae.org/museu.php?menu=museu>, 2008.

região, o armazém teria constituído um local de encontro e sociabilidade dos vizinhos, que paravam ali em ocasião dos seus deslocamentos desde a zona Sul para o Centro. Isto, em uma paisagem transformada pelo uso da terra para atividades agrícolas em escala familiar e formas sociais de tipo “rurais”.

“Educação patrimonial” e “educação ambiental” no Museu Comunitário.

O Museu Comunitário oferece desde setembro de 2007 atividades de “educação patrimonial e ambiental” voltadas para alunos das escolas do bairro⁴. As mesmas são desenvolvidas pelos coordenadores do Museu. Um historiador vindo de outra cidade do estado de Rio Grande do Sul em 2007, e uma historiadora moradora da Lomba do Pinheiro desde 2008 até hoje. Ambos estavam encarregados da parte “patrimonial” da atividade, entendida como relativa ao patrimônio social, cultural e histórico do bairro, enquanto que a parte “ambiental” é desenvolvida por estudantes de biologia da UFRGS, através de uma parceria com o Projeto Macacos Urbanos (PMU)⁵. Durante a primeira etapa de pesquisa eu foquei minhas observações no Museu na dita parte patrimonial da atividade. No entanto, com o desenrolar da inserção em campo comprovei que a atividade deve ser entendida como um todo, pois diz respeito a aspectos diferentes das configurações de memória no local e às formas de significar os eventuais conflitos que nelas possam vir a emergir.

Na atividade de educação patrimonial uma série de fotografias é apresentada aos visitantes e comentários são feitos dando centralidade ao passado rural da Lomba do Pinheiro. As formas de trabalho e sociabilidade passadas são contrastadas com o presente do bairro, marcado por uma verdadeira explosão demográfica sob o empurre dos limites da cidade das áreas originalmente construídas para as periferias da mesma. A exposição museográfica permanente, até o presente reduzida à sala da antiga casa, recria o espaço do Armazém Vencedor que ali funcionou até a década de 1990 (se superpondo com os tempos iniciais da vila Elo Dourado). Nesse espaço, o comércio de produtos agrícolas da Lomba do Pinheiro com o Centro de Porto Alegre, as trocas em espécie entre os vizinhos e as formas de crédito baseadas na confiança e o conhecimento estreito são apresentadas para a audiência de escolares. Inclusive, em

⁴ A Lomba do Pinheiro é atualmente considerada um bairro. No entanto, devido à sua grande extensão e à diversidade de enclaves de população nele espalhados, é frequente se referir à Lomba como uma região e a estes enclaves como bairros. Sendo muitos destas ocupações irregulares, recebem o nome de vilas no lugar de bairro.

⁵ <http://www.ufrgs.br/zoologia/macacosurbanos/apresentacao.html>, 2009.

2007 uma estudante de história da UFRGS que colaborava com o Museu sob a forma de estágio, realizava uma pequena *performance* teatral, trazendo o personagem de um ancião, antigo charreteiro que trabalhava para Seu Osmar Remião, nos tempos rurais da Lomba.

Entre as fotografias apresentadas aos escolares encontra-se uma imagem de um time de futebol, o “Pinheirense Futebol Club”, à qual se adiciona o comentário de se tratar de uma das primeiras formas associativas do local. É a partir dessa apresentação que fico sabendo que o time possuía um campo de jogo que é uma importante referência na memória dos moradores mais antigos do local, pois os jogos de futebol aos domingos eram atividades centrais no seu lazer. Esses jogos eram seguidos de bailes e, tanto uns quanto os outros, funcionavam como espaços de sociabilidade onde se cultivavam amizades e rivalidades, onde vários casais se conheceram e onde um sentimento de pertença era reforçado. O campo do Pinheirense estava situado onde hoje está sediada a Cooperativa de moradia da vila Elo Dourado⁶, sendo esta informação também transmitida na atividade de educação patrimonial. Daí se depreendem pelo menos duas questões.

Em primeiro lugar, é uma característica recorrente das novas ocupações na região, a falta de espaços de lazer ao ar livre e a degradação de áreas verdes. Este aspecto está diretamente vinculado com a parte “ambiental” da atividade educativa, onde é evidenciada a relação entre a expansão da cidade sobre a sua periferia e a desaparecimento de espécies vegetais e animais nativas, foco do Projeto Macacos urbanos⁷.

Em segundo lugar, a ocupação do campo se expressa como o desaparecimento de um traço material da memória daqueles antigos moradores e, eventualmente, como um possível fator de conflito nos enquadramentos que pretendem ser feitos no Museu,

⁶ Na década de 1990, e enquadrada nas políticas urbanas do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo municipal da cidade, teve lugar a criação de uma cooperativa de moradia no Elo Dourado, com vistas à regularização fundiária e do processo de urbanização. Este fato não é isolado no contexto da cidade toda naquela época e no bairro tem como expressão mais visível o nascimento do “Conselho popular da Lomba do Pinheiro”, visando à coordenação das numerosas novas e antigas associações de vizinhos e à sua articulação com a esfera política municipal e, eventualmente, nacional. Esse Conselho continua ativo até o presente.

⁷ O PMU é um projeto ativo desde 1993 e envolve a pesquisa da ocorrência e distribuição do macaco ruivo no município de Porto Alegre. Como se explica no *site* do programa, à medida que se detectava o hábitat desta espécie outros “problemas de degradação ambiental” eram identificados: [...] desmatamentos, caça, queimadas, extrações de saibro, granito, terra fértil e de plantas ornamentais, e, principalmente, urbanização – ‘clandestina ou regularizada – de áreas naturais sem critérios relativos à preservação da vida silvestre e de recursos como nascentes e cursos d’água’”.

<http://www.ufrgs.br/zoologia/macacosurbanos/apresentacao.html>, 2009 (Minha ênfase)

ao se justapor às narrativas de antigas formas de sociabilidade, algumas das narrativas sobre as novas formas de uso do espaço.

Exposições temporárias: vilas no Museu e Rodas de Memória

É significativo que entre março e maio de 2008 tivesse lugar no Museu uma exposição intitulada “Trajetória de vida, trajetória de luta, trajetória de vila!”. O texto de apresentação daquela exposição é expressivo do esforço de integração ao espaço do Museu de uma perspectiva complementar à das famílias “pioneiras” sobre o passado recente da Lomba:

“Trajetória de vida, trajetória de luta, trajetória de vila!”

O Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro tem o prazer de apresentar a exposição “Trajetória de vida, trajetória de luta, trajetória de vila!”.

Nosso objetivo com esta exposição é o de provocar nos moradores da MAPA, da Elo Dourado, e da São Francisco, o reconhecimento de sua história, assim como mostrar as reivindicações sociais destas próprias comunidades.

Um museu comunitário tem uma função social, e deve ser também um dos canais de representação das lutas sociais da população.

Com esta exposição, também queremos ampliar a abordagem trabalhada em nosso museu sobre a história da Lomba. Uma estratégia de aproximação das comunidades ao redor de nossa instituição, provocando sua participação na construção do museu.

Notamos que conforme se formavam as vilas, gente nova chegava, experiências diferentes eram construídas e uma compartilhada em comum aparecia, quando das reivindicações das estruturas básicas de sobrevivência, como água, luz e esgoto.

E são estas histórias da construção da tão sonhada moradia, da dignidade cotidiana, que queremos contar. Uma boa visita, boas reflexões e obrigado pela visita. (Transcrição em diário de campo, 4 abril 2008)

A exposição reunia material fotográfico, alguns documentos, material jornalístico e depoimentos de alguns moradores atuais da Vila MAPA e do Elo Dourado. Há referências à Lomba rural e às primeiras etapas da urbanização, especialmente à criação da Vila MAPA, por ação municipal, na década de 1960. Esta exibição resgatava aspectos que poderíamos chamar de heroicos na trajetória das ocupações irregulares de terras em volta da parada 6. A exposição foi levantada para devolver o espaço à montagem do Projeto Macacos Urbanos, presente nessa sala desde 2007. Nenhum dos meus interlocutores na Vila Elo Dourado visitou esta exposição e, de fato, nenhum deles teve notícias da mesma. No mesmo sentido, não conheci nenhum morador da Vila que houvesse sido convidado para participar da montagem.

Outras atividades desenvolveram-se posteriormente no espaço do Museu, convocando outros atores e apelando para outros trabalhos da memória do local. As

atividades de educação patrimonial e ambiental com escolares se ampliaram, em 2008, para maior número de escolas do bairro e, em junho e julho de 2009, uma série de “Rodas de memória” foram promovidas no Museu, reunindo um grupo de diversas gerações de jogadores do antigo time Pinheirense para ouvir os seus depoimentos. Foi nestas “rodas de memória” que pude tomar contato com essa “comunidade de pertença” em volta do passado da Lomba. Estes ex-jogadores, que são apenas os que mantiveram contato através do tempo, mostravam em sua maioria uma grande simpatia pela figura de Seu Osmar Remião quem acabou se revelando como o líder do time, assim como também um vizinho detentor de um capital social que era capaz de ativar para a consecução de benefícios para a zona. Nenhum destes indivíduos acompanhou as transformações recentes do campo de jogo e não mantém vínculos com os moradores da vila; muitos deles não moram na parada 6 e esse local já não constitui um centro nas suas atividades cotidianas ou de lazer.

Posteriormente, em setembro de 2009, uma nova exposição foi montada, desta vez em parceria com o curso de Museologia da UFRGS. O título da mesma é “Futebol no Museu: Pinheirense F.C. sai de campo e conta sua história” e no convite lê-se:

Poucos sabem que o bairro Lomba do Pinheiro teve um clube que foi fundado por volta de 1952 com o nome de Pinheirense F.C. e extinto por volta de 1979. Através de “Rodas de Memória” foram contatados e entrevistados cerca de 30 ex-jogadores e agora com o suporte de suas narrativas orais e acervos pessoais podemos registrar as informações, para que inúmeras pessoas possam compartilhar emoções vividas naquela época e para que essa História não se perca com o passar dos anos. [...]

As rodas de memória mencionadas mobilizaram, em ao menos dois eventos de certa duração (3 ou 4 horas aos sábados de tarde), aos ex-jogadores do time e a alguns familiares destes. Os encontros tiveram um caráter quase festivo e alguns dos participantes mostraram grande entusiasmo pelos eventos que, para muitos, significaram o reencontro com antigos amigos e parceiros que havia muito tempo não viam. Destas atividades não participaram os moradores do Elo Dourado e, tempo depois, eu própria fiquei sabendo que um dos meus interlocutores na vila foi jogador do time. Ele não estava informado sobre as rodas de memória. Por ocasião de uma dessas atividades, pude perguntar a algum dos ex-jogadores sobre o destino do antigo campo do clube. Uns nada sabiam, outros responderam que foi ocupado “pelas malocas”.

A diversidade das duas montagens temporárias, “Trajetória de vida...” e “Futebol no Museu...”, é expressiva do que eu chamei de encruzilhadas da memória no espaço do Museu, e permite colocar algumas questões sobre os lugares sociais dos diferentes atores envolvidos, sobre o alcance de ambas as exposições, e sobre os próprios processos de pesquisa, seleção e montagem do material exibido.

De qualquer forma, fica expresso que questões relativas às transformações recentes da paisagem e das formas de vida na Lomba do Pinheiro cercam as configurações de memória tanto dos novos habitantes da região quanto dos antigos, embora em formas diferentes. Estas transformações remetem, por sua vez, para questões relativas à posse da terra e o acesso a serviços por parte de grupos desiguais. Isto é, uma população “histórica” ou de longa presença no local, cuja sobrevivência estava estreitamente ligada aos trabalhos agrícolas em pequena escala e a trocas com o Centro da cidade e uma população empobrecida chegada de modo massivo e recente ao local, população de baixa renda e cuja economia está mais estreitamente ligada às formas urbanas de produção e consumo.

Memória, patrimônio e ambiente na periferia

Ana Thomasz em artigo de 2005 analisa as diferentes formas nas quais certos tratamentos “oficiais” da memória contrastam com formas “alternativas” de lembrar, desenvolvidas pelos habitantes de diferentes bairros da cidade de Buenos Aires. Os tratamentos “oficiais” provêm do governo da cidade e lidam, segundo a autora, com uma concepção estática do patrimônio que remete para uma memória atrelada à trajetória dos grupos dominantes na conformação do Estado-nação argentino e ignora os usos e apropriações que os moradores atuais realizam no espaço urbano. Isto esconde o fato do patrimônio ser uma construção social e política realizada desde o presente, e implica em um processo de “patrimonialização” como forma de construção de hegemonia.

A autora trabalha o conceito de hegemonia no sentido que Gramsci (1971) e depois Raymond Williams (1980) deram ao termo. Isto é, como a supremacia ou liderança moral, intelectual ou cultural que uma parte da sociedade detém sobre as outras, não pela via violenta, mas, pelo contrário, por meio da construção de um sentido comum ou consenso. Os processos de construção de hegemonia se apóiam na conformação de sentimentos de comunidade e identidade e, ao mesmo tempo, os delimitam e reforçam. A construção de hegemonia não provém de modo necessário da

ação do Estado. No entanto, os grupos que controlam ou têm grande capacidade de manipular o poder do Estado, têm mais possibilidades de conseguir impor sua versão sobre o que é patrimônio, do que outros grupos sociais.

Na sua análise, Thomasz atenta para o lugar social dos diferentes atores do seu campo, e para o tipo de discursos e práticas através dos quais se posicionam nas disputas pela memória da cidade. Assim, enquanto em um bairro verificam-se por parte de algumas associações de moradores contestações abertas dos processos de seleção e ativação patrimonial oficiais, em outros têm lugar processos de complementação “funcional” entre o projeto hegemônico e os projetos locais de memorização. Em outros casos, os grupos locais que propõem versões alternativas à versão patrimonial oficial não têm a capacidade de influir politicamente neste último recorte. Estes grupos podem até conseguir certa incorporação no recorte oficial dos aspectos da memória por eles levantados, no entanto, sua memória não se torna patrimônio. Desta forma, aquela incorporação pode ser lida como uma forma de neutralizar ou domesticar a “subalternidade”, à luz das colocações de Raymond Williams (1980) sobre a hegemonia como envolvendo a função de controlar, transformar ou inclusive incorporar as alternativas e dissensos que possam vir a ameaçar sua capacidade de dominação (Williams, *apud* Thomasz, 2005: 925-926).

Neste mesmo sentido e em articulação com outros referenciais teóricos, ensaio uma análise do caso por mim estudado atentando para a complexa trama de atores, discursos e práticas nele envolvidos. De um lado, é possível pensar nas ações dos vizinhos do Elo Dourado, e de outras vilas da região, como constituindo formas de agência (Ortner, 2006) orientadas para a concretização dos projetos de construir a casa própria, permitindo a constituição ou o crescimento de núcleos domésticos, a criação e educação dos filhos, em fim, garantindo o direito à moradia. Esta agência operaria no que podemos chamar de esfera “microética”, seguindo Roberto Cardoso de Oliveira (1996). Ou seja, um espaço social mais ou menos restrito aos limites do grupo no interior do qual se definem, com base em valores compartilhados, as formas aceitas de ação e as suas consequentes interpretação e significações.

Por outro lado, essa microética não é uma entidade fechada ao mundo pelo que outros horizontes de sentido dialogam com ela e a condicionam. Isto é claro em relação às ações do Estado, situado em uma esfera intermediária ou mesoesfera (Oliveira e Oliveira, 1996), pois sua presença através de normativas, práticas de fiscalização, fornecimento ou omissão de serviços é motivo constante de negociação e

para alguns destes vizinhos de “luta”, passando a motivar práticas locais onde uma microética dialoga com uma mesoética.

Relativas a estas formas de agência se tecem formas de memória que significam de modo peculiar as experiências de chegada e “conquista” desse espaço urbano. Situado nas margens da cidade consolidada, contando na época das origens com grandes fragmentos de espaços verdes e com potencial de absorver novos empurres de urbanização, a vila Elo Dourado aparece nas narrativas dos seus moradores como o resultado de uma “conquista” sobre a vegetação, os desníveis de terreno e as correntes de água, além de uma “luta” pela posse legal dos lotes.

Por sua vez, no nível macroético (Oliveira e Oliveira, 1996), tendências planetárias sobre planejamento urbano, ativação de patrimônio e conservação do ambiente físico influem sobre as esferas micro e mesoética de formas diversas, além delas mesmas estarem sendo continuamente reelaboradas levantando demandas, reivindicações e experiências dos mais variados contextos locais. É neste nível onde pode se compreender a imbricação acima assinalada entre o tratamento de questões ambientais e patrimoniais em atividades como as desenvolvidas no Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, e algumas das formas em que lógicas operando para além dos limites do bairro são incorporadas pelos atores locais às suas práticas e às suas configurações de memória.

Há algumas décadas assistimos à expansão de idéias relativas à valoração da diversidade cultural, e as concepções de patrimônio se encaixam nesta tendência como formas cristalizadas ou repertórios construídos na busca de fazer visível, “resgatar”, “preservar” e difundir particularidades representativas ou constitutivas dessa diversidade. Estes processos atingiram também o ambiente, entendido como a natureza física destacada do ambiente social humano. Estas idéias têm alcance transnacional e são veiculadas por instituições, grupos e indivíduos cuja influência se estende a campos sociais ou esferas éticas “macro”.

Tal como assinala José Sérgio Lopes Leite (2006), nas décadas posteriores à conferência sobre meio ambiente organizada pela ONU em 1972, em Estocolmo, Suécia, verificou-se um processo de construção de uma nova questão pública: a preservação do meio ambiente como questão global. Este processo envolve transformações nas condutas e nas formas de significar as práticas relativas ao ambiente físico, entendido especialmente como uma “natureza” exterior e objetiva em relação ao ambiente social e cultural humano. Assim, a “questão ambiental”

transformou a forma e a linguagem de conflitos sociais outrora significados sob outras perspectivas (conflitos trabalhistas ou conflitos fundiários, por exemplo), se tornando em fonte de legitimidade e de argumentação.

Além das transformações na arena política, este processo de “ambientalização” impacta na vida cotidiana dos indivíduos e grupos, os quais vêm-se atingidos por uma nova “etiqueta” ou código de conduta relativa ao ambiente. A chamada “educação ambiental”, junto a mídia e outros canais, acaba fornecendo esse código ético, que transforma a questão ambiental em uma responsabilidade de toda a humanidade. É parte dos processos de educação uma legitimação da “participação popular”, desde que dentro dos novos códigos, embora na interlocução entre *experts* e cidadãos possa acabar se desenhando uma assimetria e um abafamento do saber leigo (Lopes, 2006).

Penso a atividade de “educação ambiental” que sucede à atividade de “educação patrimonial”, no Museu Comunitário, voltada para escolares que são, na maioria, parte de famílias de moradores recentes do bairro e, muitos deles, habitantes de áreas em situação de “irregularidade” fundiária, enquanto parte dos cruzamentos éticos impostos aos habitantes das cidades brasileiras pela conjuntura contemporânea que venho resenhando. De modo complementar, e seguindo Anna Thomasz (2005) penso nestes processos de ambientalização como processos de patrimonialização, isto é de construção de hegemonia, através de categorias como “patrimônio natural”.

O trabalho de patrimonialização da memória local, implícito na constituição de um museu e no desenvolvimento de atividades de “educação patrimonial” nesse contexto engloba nas disputas pelas representações do passado e pelas narrativas sobre as transformações recentes do território, transformações nas relações de propriedade da terra, inclusive deslocamentos de eventuais conflitos ao respeito para a lógica da chamada “questão ambiental” (Lopes, 2006). A mesma, não pode ser elidida quando se trata de pensar os processos de ativação patrimonial (“cultural” e “natural”) sob a perspectiva do poder e da desigualdade nas cidades contemporâneas. A apropriação de discursos de ordem global sobre preservação do entorno físico “natural” em meio a sociedades altamente tecnificadas e construídas deve ser interpretada levando em conta quais são os agentes dessa apropriação e quais as esferas sobre as que projetam sua influência. Tal como assinalado por Rafael Devos (2007) na sua tese de doutoramento, em contextos de expansão urbana a “questão ambiental” muitas vezes esconde o fato das áreas florestadas e as beiras de rios e

arroyos serem o destino das populações mais empobrecidas quando os processos de “modernização” geram expulsão das áreas mais valorizadas da cidade e, portanto, segregação social no espaço.

Neste contexto, a adesão do Museu Comunitário aos discursos de preservação ambiental e a tentativa de consolidar as representações de memória que celebram o passado rural da região, com seu específico sentido de comunidade, podem ser interpretadas como uma forma de construção de hegemonia. A hipótese não deixa de ter validade quando confrontada com as narrativas dos vizinhos recentes para os quais, por exemplo, o campo de jogo do time Pinheirense não faz parte da sua memória, ou não com o mesmo significado que para os moradores mais antigos, não sentindo sua transformação como uma perda. Pelo contrário, para estes novos vizinhos as mudanças nesse espaço ficam diretamente vinculadas à conquista do espaço para a construção da suas moradias. Nas suas narrativas, a centralidade das perdas em termos ambientalistas é deslocada pela centralidade da “conquista do mato” ou a domesticação da natureza para fins de urbanização, não se percebendo as modificações do território como delitos ambientais, mas, pelo contrário, como parte da memória de lutas diversas para obtenção do direito à moradia em uma sociedade marcadamente desigual. Em certa medida, as narrativas dos habitantes do Elo Dourado constituiriam as versões subalternas da história local e os discursos veiculados no Museu Comunitário uma versão hegemônica. O panorama, no obstante, é mais complexo quando observado numa perspectiva mais ampla.

Em escala cidade, os atores em volta do Museu não mostram a capacidade de influir sobre as definições patrimoniais no nível municipal. Embora a ONG que gere o Museu detém uma parcela de legitimidade no bairro, onde funciona há pelo menos uma década, e potencia suas ações estabelecendo parcerias com outras instituições da cidade e do estado, o trabalho de memorização ali operado não integra o circuito do patrimônio oficial da cidade. Pelo contrário, o próprio processo de constituição do Museu é produto de uma tentativa de ativação patrimonial que não teve sucesso.

Depois da morte de Seu Osmar Remião, em 2004, a casa e antigo armazém permaneceu fechada até que um dos seus filhos procurou na Secretaria de Cultura da Prefeitura de Porto Alegre que o bem fosse tombado como patrimônio. Esta Secretaria desconsiderou o pedido e foi então, que o herdeiro doou a casa para o IPDAE.

Por outro lado, a capacidade do Museu de gerar um sentimento de comunidade excede em pouco a parcela de moradores antigos que viveram a época rural da região

e que em diferentes graus estavam vinculados à família Remião, seja por laços de amizade ou parentesco, quanto pela participação nas atividades sociais das quais Seu Osmar era líder⁸.

Eventos como as rodas de memória com ex-jogadores do Pinheirense Futebol Club podem vir a contribuir para o reconhecimento dessa memória e para a sua valorização e incorporação à história oficial da cidade. No entanto, esse trabalho permanece subalterno no campo patrimonial municipal, embora represente os esforços de enquadramento da memória de um determinado grupo, cuja supremacia moral para contar a história do local estaria sendo legitimada pela sua antiguidade e pelas suas contribuições pioneiras à configuração do bairro. Ou seja, na medida em que os numerosos novos habitantes da Lomba do Pinheiro não partilhem dos referentes da memória dos atores em volta do Museu, um eventual processo de patrimonialização vê-se enfraquecido pela falta de um sentimento de comunidade e de um consenso sobre a história a ser contada. Por sua vez, o poder destes atores não é suficiente, pelo menos até o presente, para conseguir a legitimação pela via da incorporação aos processos oficiais de memorização junto aos órgãos públicos do patrimônio.

Por sua vez, as ações desenvolvidas no Museu Comunitário se enquadram no que chamo de encruzilhada de memória, confluindo nela discursos, representações e práticas de diversos agentes e horizontes de sentido. Embora se possa identificar este ator como o mais aberto para as tendências internacionais ou globais recentes sobre patrimônio, e inclusive como um ator cuja existência é potenciada por estas tendências, no nível mesoético é possível constatar um forte condicionamento das suas ações. Este condicionamento é dado pelas possibilidades e empecilhos que normativas estatais, oferta de recursos públicos e privados e sua própria capacidade de alcançar legitimidade e visibilidade perante outros atores como ONGs, universidades e agentes diversos vinculados à chamada gestão do patrimônio, lhe impõem.

Um dos maiores condicionamentos que os agentes do nível mesoético impõem neste tipo de instituições diz respeito à sua capacidade de representar ou de exercer uma “autêntica” representação das comunidades entre as quais desenvolvem suas práticas. Em termos de “representatividade” e “participação comunitária”, a ação de

⁸ É em volta da biblioteca que funciona na sede do Museu que uma população mais jovem “participa” deste espaço comunitário. Cursos e oficinas visando este público também são oferecidos no Museu. No entanto, um uso relativamente frequente desse espaço, inclusive como ponto de encontro e sociabilidade dos alunos da escola pública vizinha, não são idênticos à geração de sentimentos de pertença à comunidade de adultos que promovem o Museu.

instituições como o Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro é compelida pelo Estado e as agências de financiamento a um encontro e integração das práticas sociais locais ou “comunitárias”. Encontro que é sempre parcial e que exige um grau importante de seleção em meio à diversidade de possíveis recortes que uma tarefa de enquadramento da memória coletiva (Cf. Pollak, 1989) demanda.

Sobre patrimônio, ambiente e memória nas cidades contemporâneas.

Os temas abordados neste artigo foram o patrimônio e o meio ambiente em contextos urbanos contemporâneos e os problemas relativos aos processos de ativação patrimonial, seja de bens culturais materiais ou imateriais ou de parcelas do ambiente físico ou natureza. Estes temas e questões vêm sendo abordados pela antropologia, dando expressão a mudanças teóricas e metodológicas que as configurações sócio-culturais contemporâneas demandaram da disciplina nas últimas décadas.

De um lado, a necessidade de revisar a própria noção de cultura e de entendê-la como processo, está na base do tratamento recente que a antropologia tem dado a temas diversos. A importância das práticas sociais e de sua contextualização histórica vem junta. De outro lado, a compreensão da cultura em termos de processo, acontecendo através das práticas de agentes diferentes leva não apenas à consideração da trajetória desses agentes e de todo o campo estudado, mas, também, à necessidade de descrever as posições diversas e interpretar as práticas sociais levando em conta essas diferenças. Isto é, a introduzir questões políticas nas análises de diversos processos culturais, pois, afinal de contas, posições diferenciais implicam em capacidades diferentes de incidir sobre os outros e sobre o jogo social no geral.

Assim, abordar processos de ativação patrimonial exige, do antropólogo, responder à pergunta sobre que agentes, e desde que lugares, estão envolvidos nesses processos. É necessário, por sua vez, que o antropólogo esteja atento às contradições e conflitos que giram em volta de tais processos, pois eles são informativos da multiplicidade de atores envolvidos e dos universos de sentido que estes carregam. Desta forma, pensar estas questões como envolvendo diferentes níveis de ação e simbolização, no sentido em que Cardoso de Oliveira (1996) trata de níveis éticos relativos a comunidades de interpretação diversas, permite descrever a heterogeneidade do campo e trazer à tona os conflitos nele presentes. Uma abordagem deste tipo permite ainda explorar as possibilidades de diálogos entre os diversos atores, na compreensão de que é possível e desejável estabelecer algumas soluções de

consenso quando os níveis de conflito são altos e vulneram direitos ou ameaçam algum dos grupos, ou todos, na sua possibilidade de convivência.

Por outro lado, levar em conta esta complexidade implica em considerar a capacidade de metamorfose dos atores envolvidos. Tal como expressa Gilberto Velho (2003), os indivíduos das sociedades contemporâneas transitam por esferas sociais diferentes, nas quais ocupam posições e desempenham papéis diversos, fazendo com que a descrição de qualquer grupo social por pequeno que este seja exija especial atenção à sua heterogeneidade interna e às formas como os seus membros articulam nesse e noutros espaços sociais suas diversas “identidades” ou “papéis” sociais. A noção de rede social é trazida por Gilberto Velho para pensar essa complexidade e é preciso, portanto, incorporá-la à nossa abordagem das práticas diferenciadas em relação a níveis éticos. Pois um mesmo ator ou um mesmo grupo de atores pode, nas suas práticas no mundo, ora ativar uma rede social e apelar para certo horizonte de significados, ora ativar outras redes e sentidos. É isto de alguma forma, o que outros autores tratam sob o signo da noção de agência. Em particular, tenho seguido Sherry Ortner (2006) na sua abordagem crítica da teoria da prática e na sua compreensão da agência como uma capacidade de ação ligada à intencionalidade dos atores, socialmente construída, politicamente situada e historicamente datada.

Desta forma, dicotomias como hegemonia e subalternidade devem ser interpeladas. No entanto, a noção de hegemonia segue sendo útil para pensar o exercício do poder de uns grupos sobre outros. O papel da etnografia é o de descrever, através da imersão nas práticas e nos sentidos “nativos”, quais agentes, por meio de quais redes e através de que representações, discursos e imagens, concorrem nas diversas constituições ou invenções de patrimônio. Não há uma associação linear entre uma identidade única e rígida de um grupo de atores e o caráter hegemônico ou subalterno dos processos de patrimonialização de que possa estar participando.

Em tempos recentes, grupos tradicionalmente subalternos ou “minorias” têm ativado traços identitários marcados por essa subalternidade na demanda de direitos de reconhecimento, se apropriando e reinterpretando, por sua vez, discursos produzidos por grupos hegemônicos. Nestes respeito, a antropologia tem mostrado a importância de pensar a cultura em termos de processo (histórico) e de atentar para as desigualdades muitas vezes escondidas na diversidade (Cf. Sousa, 2001).

Nem todos os processos de ativação patrimonial envolvem dominação, ou nem sempre vão contra os ditos grupos dominados. No entanto, e devido às diferenças de

força dos diversos agentes envolvidos, é importante considerar os efeitos destes processos sobre os diferentes atores sociais e através do tempo. Pois o próprio conceito do que é patrimônio é mutável em concordância com as diversas circunstâncias que cercam estes atores.

No que diz respeito ao ambiente físico ou natural, as consequências da sua patrimonialização, especialmente em contextos urbanos marcados por segregação, impactam de modo muito desigual em populações diferentes. Assim como acontece com a patrimonialização dos ditos bens culturais, a designação de porções do ambiente como patrimônio, pode vir tanto a “beneficiar” quanto a “prejudicar” algumas destas populações. E lógicas de “sustentabilidade ambiental”, com as quais se pretende identificar a humanidade toda como espécie e comprometê-la em práticas de proteção e preservação de recursos naturais, podem vir a gerar “insustentabilidade social” em nível local, tal como assinalado por Taks e Foladori (2004).

Mais uma vez, a antropologia tem coisas a dizer. As recentes reflexões desenvolvidas por diferentes praticantes da disciplina sobre a própria noção de cultura nos lançam noutro campo de questões, tais as relativas às noções de natureza e ambiente, estas também socialmente construídas, historicamente datadas e ideologicamente situadas. Se levarmos em conta tais questões, não há como se inserir na pesquisa sobre processos de ativação patrimonial do ambiente sem se perguntar, de novo, quais agentes, através de quais redes e por meio de que discursos, representações e imagens concorrem nestes processos.

Autores como Philippe Descola (2005) e Tim Ingold (2000) contribuíram para a desconstrução da noção de natureza como realidade exterior dada, à qual o homem deve se adaptar. Pioneiramente, autores como Georg Simmel (1996) ou Gregory Bateson (2000) nos alertaram sobre a imbricação dos aspectos da consciência, percepção e imaginação com os ditos aspectos externos como o território ou a paisagem. Se levarmos em consideração estas reflexões, podemos voltar para nossos campos etnográficos urbanos tendo nos desfeito dos dilemas e dicotomias do tipo urbano x natural.

Nas ditas sociedades modernas o ambiente é constituído não apenas pelas espécies vegetais e animais que nele habitam (sendo em grande parte espécies “domesticadas” pelo homem), mas também, pelas estruturas artificiais construídas e pelas relações sociais nas quais indivíduos e grupos se situam. Eis, de novo, a importância de considerar “de perto e de dentro” (Magnani, 2002) estas relações entre

agentes diferentes, dotados de capitais ou capacidades de agência (Ortner, 2006) diferentes, por vezes desiguais, e em contínuo processo de metamorfose (Velho, 2003).

Os discursos e as práticas sobre ambiente e patrimônio devem ser, portanto, lidos e interpretados à luz desta complexidade própria das sociedades contemporâneas, onde sentidos e atores de nível local articulam-se com outros de nível global, e onde processos de hegemonia e subalternidade se cruzam através de redes sociais nas quais se desenvolvem diferentes formas de agência, na busca dos diversos atores envolvidos por levar adiante seus projetos.

Referências

- ALFONSIN, Betania de Moraes. *Da invisibilidade à regularização fundiária: a trajetória legal da moradia de baixa renda em Porto Alegre-século XX*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre: 2000
- BATESON, G. "Form, substance, and difference". In: *Steps to an ecology of mind*, Chicago: London, University of Chicago Press, (1970) 2000.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A Política dos Outros. O cotidiano de moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- COSTA, Delaine Martins. "Das múltiplas possibilidades de *participação popular*: considerações a partir de uma etnografia na Câmara Municipal do Rio de Janeiro – 1997/2000". In: BRITES, J. e C. FONSECA (org.). *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. pp. 80-108.
- DESCOLA, Philippe. "Le grand partage". In: DESCOLA, P. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2005, p. 91-131.
- DEVOS, Rafael. *A "questão ambiental" sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí, Bairro Arquipélago, Porto Alegre, RS*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre: 2007.
- FONSECA, Cláudia. "Classe e a recusa etnográfica". In: BRITES, Jurema e C. FONSECA (org.). *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. pp. 13-34.
- GRAMSCI, Antonio. *Selection from de prison notebooks*. London: Lawrence and Wishart, 1971.
- <http://www.ipdae.org/museu.php?menu=museu>, consulta 2008
- <http://www.ufrgs.br/zoologia/macacosurbanos/apresentacao.html>, consulta 2009.
- INGOLD, Tim. *Perception of environment*, London, Routledge, 2000.
- LOPES, José Sérgio Leite. "Sobre processos de 'ambientalização' dos conflitos e sobre os dilemas da participação". In: ECKERT, C., A. L. ROCHA e I. C. M. CARVALHO (org.). *Horizontes antropológicos*. n. 25, Porto Alegre: 2006. pp. 31-64
- MACEDO, Carmen Cinira. *Tempo de gênese. O povo das comunidades eclesiais de base*. São Paulo: Brasiliense, 1986

MAGNANI, J. Guilherme. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Vol. 17, n. 49, junho/2002. pp. 11-29.

OLIVEIRA, R. C. e L. R. C. OLIVEIRA. *Ensaaios antropológicos sobre moral e ética*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ORTNER, Sherry. *Anthropology and social theory. Culture, power and the acting subject*. Durham: Duke University Press, 2006.

POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

PORTO ALEGRE, PREFEITURA MUNICIPAL, SMC. *Memória dos Bairros. Lomba do Pinheiro*. Porto Alegre: PM-SMC/Unidade Editorial, 2000.

PORTO ALEGRE, PREFEITURA MUNICIPAL. "Situação Demográfica de Porto Alegre: Censos 1980/1991/2000". Consultado em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/censos_de_80_90_e_2000.pdf

SIMMEL, Georg. "A filosofia da paisagem". In: *Política e trabalho*: João Pessoa: UFPB, 12, setembro 1996. p. 15-24.

SOUSA, Rosinaldo Silva de. "Direitos Humanos através da História Recente em uma Perspectiva Antropológica". In NOVAES, Regina Reyes & LIMA, Roberto Kant de (orgs). *Antropologia e Direitos Humanos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2001, p. 47-79.

TAKS, J. e FOLADORI, G.: "Um olhar antropológico sobre a questão ambiental". In: *Mana* 10(2):323-348. Rio de Janeiro: PPGAS, UFRJ, 2004.

THOMASZ, Ana Gretel. "El 'patrimonio' y la 'memoria' barrial: relaciones de hegemonía y subalternidad en tres barrios porteños". In: *Terceras Jornadas de Investigación en Antropología Social*. Buenos Aires: 3-5 agosto de 2005, pp. 918-928

URBANIZADOR SOCIAL. *Da informalidade à parceria*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2006.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Península: Barcelona, 1980.

ZEBALLOS, Mabel. *Elo Dourado ou Elo Perdido? Práticas cotidianas, agência e memória em uma vila da Lomba do Pinheiro, Porto Alegre (RS)*. Dissertação (Mestrado), Orientação Cornelia Eckert. Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre: 2009.